

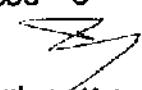
**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE
FINANCIAMENTO FIRMADO EM 22 DE
DEZEMBRO DE 2003 ENTRE O BANCO
NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES E A
REPÚBLICA DOMINICANA**

Pelo presente instrumento particular de Aditivo ("ADITIVO") celebrado, de um lado, pelo BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, empresa pública federal brasileira, com sede em Brasília, Distrito Federal, e escritório de serviços na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, na República Federativa do Brasil ("Brasil"), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes legais abaixo assinados ("BNDES") e, de outro lado, pela REPÚBLICA DOMINICANA, por intermédio da Secretaria de Estado de Finanças da Presidência da República, representada, neste ato, pelo Sr. Secretario de Estado de Finanças Sr. Vicente Bengoa, devidamente autorizado conforme Poder Especial expedido pelo Presidente da República Dominicana ("REPÚBLICA"), com a interveniência da CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., sociedade anônima, com sede na Praia de Botafogo, nº 300, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.102.288/0001-82, por seus representantes legais ao final assinados ("INTERVENIENTE EXPORTADOR"), conjuntamente denominados partes ("Partes").

considerando:

- a) alteração havida no valor da cobertura e no valor do prêmio do Seguro de Crédito à Exportação que garante os riscos políticos e




Hélio Mota Filho
Advogado - BNDES

extraordinários do financiamento a que se refere o Contrato de Financiamento, firmado em 22 de dezembro de 2003 entre o BNDES e a REPÚBLICA ("Contrato de Financiamento"); e

- b) solicitação da REPÚBLICA para inclusão de serviços de consultoria, a ser prestada por consultor brasileiro, para acompanhamento do projeto.

resolvem, as Partes, celebrar o presente Aditivo ao Contrato de Financiamento firmado em 22 de dezembro de 2003 entre o BNDES e a REPÚBLICA ("Contrato de Financiamento"), conforme as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

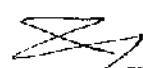
1.1. – Os termos definidos utilizados neste ADITIVO têm o significado que lhes foi conferido no Contrato de Financiamento, exceto quando expressamente disposto em contrário neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DECLARAÇÕES

2.1. – A REPÚBLICA declara expressamente que:

- a) foram concedidas, de acordo com a legislação da República Dominicana, todas as autorizações constitucionais, legais e regulamentares requeridas para a formalização do presente ADITIVO;
- b) a assinatura deste ADITIVO e as obrigações decorrentes deste instrumento não comprometerá a obrigação da REPÚBLICA para o cumprimento das obrigações financeiras do financiamento em questão, bem como não conflitam com, nem resultarão em violação de, qualquer contrato, ou outro




Humberto Mora Filho
Advogado - BNDES

instrumento, de que seja parte, ou de dispositivo constitucional, legal, regulamentar ou judicial da República Dominicana, ou de qualquer outra obrigação de sua responsabilidade;

- c) as disposições sobre legislação aplicável, foro competente e arbitragem, estipuladas no Contrato de Financiamento são válidas para o presente ADITIVO, em conformidade com a legislação da República Dominicana, e serão reconhecidas e aplicadas pelos órgãos jurisdicionais daquele País; e
- d) todas as declarações prestadas neste ADITIVO são verdadeiras e completas e que não tem conhecimento de quaisquer fatos ou circunstâncias relevantes que não tenham sido expressamente declarados neste instrumento e que, se conhecidos, poderiam afetar adversamente a decisão do BNDES quanto à manutenção do crédito e à celebração deste ADITIVO;

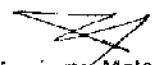
CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CRÉDITO

3.1. o subitem 1.1.1. da Cláusula Primeira do Contrato de Financiamento, referente ao valor do Subcrédito A , passa a ter a seguinte redação:

"1.1.1. Subcrédito "A": até US\$99,874,522.91 (noventa e nove milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e vinte e dois dólares dos Estados Unidos da América e noventa e um centavos), correspondentes a até 100% (cem por cento) do preço dos Bens e Serviços a serem exportados, dos quais o montante até o limite de US\$ 40,869,000.00 (quarenta milhões, oitocentos e sessenta e nove mil dólares dos Estados Unidos da América) no

*“**DR. KENÉSIS MANUEL VÁZQUEZ GARCÍA** NOTARIO PÚBLICO*




Mamberto Mota Filho
Advogado - BNDES

pela Construtora Norberto Odebrecht S.A., para a construção da Central Hidrelétrica de Pinalito, na República Dominicana, e o montante até US\$ 57,604,672.30 (cinquenta e sete milhões, seiscentos e quatro mil, seiscentos e setenta e dois dólares dos Estados Unidos da América e trinta centavos), destinado à aquisição dos Serviços exportados do Brasil pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. para a mesma finalidade e, US\$1,400,850.61 (um milhão, quatrocentos mil, oitocentos e cinqüenta dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e um centavos destinado à aquisição dos Serviços exportados do Brasil por empresa de consultoria brasileira, a ser escolhida pela REPÚBLICA, para acompanhar a execução da obra."

3.2. O subitem 1.1.2. da Cláusula Primeira do Contrato de Financiamento, referente ao valor do Subcrédito "B", passa a ter a seguinte redação:

"1.1.2. Subcrédito B: até [REDACTED] INFORMAÇÃO SIGILOSA

[REDACTED]
[REDACTED] correspondentes ao pagamento da prêmio de seguro de crédito à exportação mencionado na Cláusula Décima Sétima."

CLÁUSULA QUARTA - UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

4.1. Ficam excluídas do Contrato de Financiamento ora aditado as obrigações do INTERVENIENTE EXPORTADOR de apresentar ao BNDES o instrumento de Confissão de Dívida e a Carta de Fiança a que se referem as alíneas "g" e "h", ambas previstas no item 4.1.1 da Cláusula Quarta do Contrato de Financiamento ora aditado.

*DR. KENÉRIS MANUEL VASQUEZ MARÍN
NOTÁRIO PÚBLICO
Santo Domingo, Distrito Nacional*



Parágrafo único. As demais alíneas restantes da Cláusula Quarta do Contrato de Financiamento permanecem em sua ordem alfabética original, sem alterações.

4.2. O item 2.5 da Cláusula Segunda do Contrato ora aditado passa a ter a seguinte redação:

"2.5 – Poderá o BNDES, a seu exclusivo critério, mediante notificação por escrito à REPÚBLICA, cancelar o Crédito, caso não sejam integralmente cumpridas, até o dia 03 de março de 2005, as condições precedentes para sua utilização, estipuladas na Cláusula Quarta, observado ainda o disposto na Cláusula Sétima deste Contrato".

CLÁUSULA QUINTA - SEGURO

5.1. Os itens 17.1 e 17.2 da Cláusula Décima Sétima, que trata da garantia do Seguro de Crédito à Exportação, passam a ter a seguinte redação:

"17.1 - Os riscos políticos e extraordinários decorrentes do financiamento concedido por meio deste Contrato de Financiamento serão cobertos por seguro de crédito à exportação, nos termos de certificado de garantia de cobertura a ser emitido em termos satisfatórios para o BNDES, para o percentual de 100% (cem por cento) do saldo devedor de principal e juros do financiamento.

17.2 – O prêmio do seguro referente ao seguro de crédito mencionado na Cláusula 17.1 acima, definido pelo Comitê de Financiamento e Garantias das Exportações (COFIG), na sua 8ª reunião, em 30/09/2004, é de
[REDACTED] **INFORMAÇÃO SIGILOSA**

[REDACTED] flat sobre o valor do Subcrédito "A"."

2012-0-10-1000



CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA

6.1. Fica excluída do Contrato de Financiamento, ora aditado, a obrigação do INTERVENIENTE EXPORTADOR de apresentar a Carta de Fiança a que se refere o item 18.7 da Cláusula Décima Oitava daquele contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DO INTERVENIENTE EXPORTADOR

7.1. O INTERVENIENTE EXPORTADOR obriga-se, adicionalmente às obrigações estipuladas na Cláusula Vigésima do Contrato de Financiamento ora aditado, a contratar um consultor brasileiro, escolhido pela REPÚBLICA, para prestar serviços de consultoria, exportados do Brasil, para acompanhamento da execução da obra, pelo valor de US\$ 1,400,850.61 (um milhão, quatrocentos mil, oitocentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e um centavos), a ser pago com recursos previstos no Subcrédito A.

7.2. O INTERVENIENTE EXPORTADOR também se obriga a encaminhar os documentos comprobatórios da exportação de serviços do consultor brasileiro escolhido pela REPÚBLICA, para acompanhar a execução da obra, em cada desembolso correspondente, segundo os mesmos termos e condições aplicáveis à comprovação das exportações previstas no Contrato de Financiamento, ora aditado.

7.3. O INTERVENIENTE EXPORTADOR ainda obriga-se a apresentar até 31 de dezembro de 2004, o primeiro relatório referente às exportações de bens e serviços a que se refere o item 20.1, da Cláusula Vigésima do Contrato de Financiamento, acompanhado do parecer técnico a que se refere a mesma Cláusula, ficando mantidos os prazos originais para apresentação dos demais

relatórios a que se refere a citada Cláusula Vigésima


Humberto Mota Filho
Advogado - BNDES

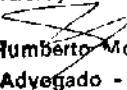


7.4. O descumprimento das obrigações adicionais acima referidas, ora assumidas pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR, enquadra-se como hipótese de inadimplemento, para efeitos do item 14.6 da Cláusula Décima Quarta do Contrato de Financiamento, ora aditado.

CLÁUSULA OITAVA - CONDIÇÕES PRECEDENTES

Além das condições previstas na Cláusula Quarta do Contrato de Financiamento, constituirão condições para a utilização da primeira parcela do Crédito (subitem 4.1.1 do Contrato de Financiamento) o recebimento, pelo BNDES, dos seguintes documentos:

- a) uma via deste ADITIVO devidamente notarizado e consularizado;
- b) todas as autorizações exigidas pela legislação da República Dominicana para a celebração, validade e eficácia deste ADITIVO;
- c) parecer jurídico, emitido pela Procuradoria Geral da República Dominicana, devidamente notarizado e consularizado, que certifique, entre outras informações julgadas necessárias pelo BNDES:
 - i) que a celebração do ADITIVO não acarretará alterações na obrigação da REPÚBLICA para o cumprimento das obrigações financeiras de sua responsabilidade, decorrentes do Contrato de Financiamento;
 - ii) que todas as autorizações exigidas pela legislação da República Dominicana para a celebração, validade e eficácia deste ADITIVO foram obtidas;


Humberto Mota Filho
Advogado - BNDES



- iii) que a celebração do ADITIVO não acarretará em violação de acordo, contrato, dispositivo normativo ou legal, bem como de decisões judiciais em vigor na República Dominicana.
- d) documento revestido das formalidades legais exigidas pela República Dominicana e devidamente consularizado, que evidencie a autorização para o signatário do ADITIVO assiná-lo em nome da REPÚBLICA;
- e) documento revestidos das formalidades legais comprovando a constituição de agente processual a que se refere o subitem 21.3 da Cláusula Vigésima Primeira.

CLÁUSULA NONA – RE-RATIFICAÇÃO

9.1. As Partes contratantes declaram que as demais cláusulas do Contrato de Financiamento, bem como as declarações prestadas naquele instrumento, permanecem inalteradas no que não colidirem com as disposições do presente ADITIVO, sendo neste ato ratificadas, não constituindo o presente ADITIVO em novação.

9.2. Aplica-se ao presente ADITIVO as disposições relativas à legislação aplicável, foro competente e agente processual, estipuladas na Cláusula Vigésima Primeira do Contrato de Financiamento.

9.3. Este ADITIVO foi redigido em língua portuguesa e as Partes acordam que o mesmo poderá ser traduzido para o idioma castelhano, sem ônus para o BNDES, a fim de que seja submetido à apreciação dos órgãos da República Dominicana para obtenção das autorizações que se fizerem necessárias. Em caso de dúvida, controvérsia ou litígio, prevalecerá o texto original em língua portuguesa.

Humberto Mota Filho
Advogado - BNDES



E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

~~Humberto Mota Filho
Advogado - BNDES~~

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2004.

Pelo BNDES:

Nome: ROBERTO TIMOTHÉ DA COSTA
Cargo: Director

Nome: Armando Marlante Carvalho
Cargo: Diretor BNDES

Pela REPÚBLICA:

Nome: Vicente Bengoa Albizu
Cargo: Secretario de Estado de Finanzas

Pelo INTERVENIENTE EXPORTADOR:

Nome: CARLOS WILSON M.A. DÍAZ
Cargo: DIRETOR - CEO

Nome: KONRADO SERGIO P. VALLADARES
Cargo: DIRETOR - CEO

Testemunhas:

Nome: CARLOS O. S. NEPOLCOS
Identidade: 2.673.259 IPP

Nome: RICARDO LIMA DE ALMEIDA SANTOS
Identidade: 10.446.884-8 IPP
re Monteiro



YO, DR. KENERIS MANUEL VASQUEZ GARRIDO, abogado Notario Público, de los del Número del Distrito Nacional, CERTIFICO Y DOY FE, que la firma que antecede fue puesta libre y voluntariamente por el señor **VICENTE BENGOA ALBIZU**, de generales y calidades que constan en el presente documento, quien me afirmó que esa es la firma que acostumbra usar en todos sus documentos públicos y privados, por lo cual, debe dársele entera fe y crédito. En la ciudad de Santo Domingo, Distrito Nacional, capital de la República Dominicana, a los Veintisiete (27) días del mes de Enero del Año Dos Mil Cinco (2005).

Moyra
DR. KENERIS MANUEL VASQUEZ
Notario Público



REPUBLICA DOMINICANA
PROCURADURIA GENERAL DE LA REPUBLICA

CERTIFICADO: que la firma que aparece al pie del presente documento en la que acostumbra a usar para los fines de sus funciones

DR. KENERIS MANUEL VASQUEZ GARRIDO
Notario Público

en acuerdo con los registros de esta Procuraduría General, Santo Domingo

28/4/05

REPUBLICA DOMINICANA

SECRETARIA DE ESTADO DE RELACIONES EXTERIORES

CERTIFICO: que la firma que aparece al pie de cada documento es la del Sr.

EPC-Dpto. Leg. Procura que es
la misma que acostumbra a usar en todos sus actos y a la cual
se daba entera fe y crédito. *28-ENE-05*
Slo. Dgo., R. D.

285 LIBRO 69

ESTADO DE RELACIONES EXTERIORES

LEG. N.

PROCURADURIA
GENERAL DE LA REPUBLICA

Recibo DGII

No. *1650016* Fecha *20/4/05*

No. PGRO *0014* Fecha *28/4/05*

Valor RD\$ *100*

Concepto *196*

0053239

ENCARGADO
DIVISION DE LEGALIZACIONES
DEL DEPARTAMENTO CONSULAR

*J. M. P. C.
L. M. R. Ricardo*
Enc. Dep. de Legalizaciones y Firmas
Procuraduría General de la República

~~Reconhecimento e assinatura SIC/PRA~~
~~Embaixada Romênia Palauco.~~

Encarregado da Seção de Legalizações do Departamento
Consular da Secretaria de Estado das Relações Exteriores
da República Dominicana. E, para constar onde convir,
mandei passar o presente, que atestou e fez selar como se
desta Embaixada. Dispensada a legalização da assinatura d
autoridade consular, de acordo com o art. 2º do Decre
nº 64491, de 31/01/1980.



Pagou R\$ ~~20,00~~ 0
Ou US\$ ~~20,00~~ 0
Tab. 416

São Domingo 28 de Janeiro de 2005

Dohrait Izeta da Silva
Vice-Cônsul

BNDES
Fornecido por SIC - BNDES
Lei 12.527/2011

C.P.E. N°: 024.672.837-04
I.S.S. N°: 556.265-00
I.N.S.S. N°: 10920947538
JUCERJA N°: 42



JOSÉ ALVES

TRADUCTOR PÚBLICO JURADO E INTERPRETE COMERCIAL
Profesor Bachiller y Licenciado en Letras Neolatinas
Miembro de la Asociación Profesional de Traductores Pùblicos e Interpretes
Comerciales Jurados del Estado de Rio de Janeiro / ATP - RIO

Av. Almirante Barroso, 90 - s/1116
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-002 - BRASIL
Tel.: 2240-0604 - Fax.: 2262-0898



El infrascrito Traductor Público e Intérprete Comercial, en ejercicio en la Ciudad de Rio de Janeiro, Capital del Estado del Rio de Janeiro, República Federativa de Brasil, según Orden "P" N°. 32, del 13-09-1974, firmada por el Presidente de la Junta Comercial del, entonces, Estado de Guanabara, CERTIFICA que se le ha exhibido una materia en Portugués, a fin de traducirla al Español, lo que cumple en virtud de sus funciones y a solicitud verbal de parte interesada:

TRADUCCION N° 29.848/04

NdT.: Se trata de un ADDENDA a CONTRATO,

SE LO TRADUCE:

PRIMER ADDENDA AL CONTRATO DE FINANCIAMIENTO FIRMADO EL 22 DE DICIEMBRE DE 2003 ENTRE EL "BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES" (Ndt.: BANCO NACIONAL DE DESARROLLO ECONOMICO Y SOCIAL - BNDES) Y LA REPUBLICA DOMINICANA

Por el presente instrumento particular de Addenda ("ADDENDA") celebrado, por una parte, por el "BANCO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BNDES" (Ndt.: BANCO DE DESARROLLO ECONOMICO Y SOCIAL - BNDES), una empresa pública federal brasileña, con sede en Brasilia, Distrito Federal, y oficina de servicios en la Ciudad de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, en la Avenida República do Chile, n° 100, en la República Federativa de Brasil ("Brasil"), inscrito en CNPJ/MF bajo el n° 33.657.248/0001-89, por sus representantes legales quienes subscriben más abajo ("BNDES") y, por otra parte, la REPUBLICA





Trad. n° 29.848/04

2

DOMINICANA, por medio de la Secretaría de Estado de Finanzas de la Presidencia de la República, representada, en este acto, por el Sr. Secretario de Estado de Finanzas, Sr. Vicente Bengoa, debidamente autorizado según Poder Especial expedido por el Presidente de la República Dominicana ("REPUBLICA"), con la intervención de CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., sociedad anónima, con sede en Praia de Botafogo, n° 300, en la Ciudad de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, Brasil, inscrita en CNPJ/MF bajo el n° 15.102.288/0001-82, por sus representantes legales, quienes subscriben al final ("INTERVENTORA EXPORTADORA"), conjuntamente denominados partes ("Partes"). -----

Considerando: -----
a) la alteración ocurrida en el valor de la cobertura y el valor de la prima del Seguro de Crédito a la Exportación que garantiza los riesgos políticos y extraordinarios de la Financiamiento a que se refiere el Contrato de Financiamiento firmado el 22 de Diciembre de 2003, entre BNDES y la REPUBLICA ("Contrato de Financiamiento"); y -----
b) la solicitud de la REPUBLICA para inclusión de servicios de consultorio, que se han de prestar ,



JOSÉ ALVES

TRADUCTOR PÚBLICO JURADO E INTERPRETE COMERCIAL
Profesor - Bachiller y Licenciado en Letras Neolatinas
Miembro de la Asociación Profesional de Traductores Públicos e Interpretes
Comerciales Jurados del Estado de Rio de Janeiro / ATP - RIO

Av. Almirante Barroso, 90 - s/1116
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-002 - BRASIL
Tel.: 2240-0604 - Fax.: 2262-0898

Trad. n° 29.848/04

3

por consultor brasileño, para acompañamiento del proyecto objeto del Contrato de Financiamiento; --- resuelven, las Partes, celebrar el presente Primer Addenda al Contrato de Financiamiento firmado el 22 de Diciembre de 2004 entre BNDES y la REPUBLICA (el "Contrato de Financiamiento"), según las cláusulas que se siguen: -----

CLAUSULA PRIMERA - DEFINICIONES -----

1.1 - Los términos definidos utilizados en este ADDENDA tienen el significado que se les ha conferido en el Contrato de Financiamiento, excepto cuando expresamente dispuesto en contrario en esta ADDENDA. -----

CLAUSULA SEGUNDA - DECLARACIONES -----

2.1 - La REPUBLICA declara expresamente que: -----

a) se han concedido, con arreglo a la legislación de la República Dominicana, todas las autorizaciones constitucionales, legales y reglamentarias requeridas para la formalización del presente ADDENDA; -----

b) la firma de este ADDENDA y las obligaciones ahora consecuentes no comprometerán la obligación de la REPUBLICA para el cumplimiento de las obligaciones financieras de la Financiamiento de que se trata, así como no conflictan con, ni



Trad. n° 29.848/04

4

resultarán en violación de cualquier contrato u
otro instrumento de que sea parte, o de dispositivo
constitucional, legal, reglamentario o judicial de
la República Dominicana, o de cualquier otra
obligación de su responsabilidad; -----

c) las disposiciones sobre legislación aplicable,
fuero competente y arbitraje, estipuladas en el
Contrato de Financiamiento son válidas para el
presente ADDENDA, en conformidad con la legislación
de República Dominicana, y se las reconocerán y
aplicarán los organismos jurisdiccionales de aquel
País; y -----

d) todas las declaraciones prestadas en este
ADDENDA son verdaderas y completas y que no tiene
conocimiento de cualesquier hechos o circunstancias
relevantes que no se hayan declarado expressamente
en este ADDENDA y que, si conocidos, podrían
afectar adversamente a la decisión de BNDES en
cuanto al mantenimiento de crédito y celebración de
este ADDENDA; -----

CLÁUSULA TERCERA - VALOR DEL CREDITO -----

3.1 el subitem 1.1.1. de la Cláusula Primera del
Contrato de Financiamiento, referente al valor del
Subcrédito A, pasa a tener la siguiente redacción:

C.P.F. N° 024.672.837-04
I.S.S. N° 356.265-00
I.N.S.S. N° 110920947538
FICERJA N°: 42



JOSÉ ALVES

TRADUCTOR PÚBLICO JURADO E INTERPRETE COMERCIAL
Profesor - Bachiller y Licenciado en Letras Neolatinas
Miembro de la Asociación Profesional de Traductores Pùblicos e Interpretes
Comerciales Jurados del Estado de Rio de Janeiro / ATP - RIO

Av. Almirante Barroso, 90 - s/1116
Centra - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-002 - BRASIL
Tel.: 2240-0604 - Fax.: 2262-0898

Trad. n° 29.848/04

5

== "1.1.1. Subcrédito "A": hasta US\$99,874,522.91 (noventa y nueve millones, ochocientos setenta y cuatro mil, quinientos veintidós dólares de los Estados Unidos de América con noventa y un centavos), correspondientes a hasta los 100% (cien por ciento) del precio de los Bienes y Servicios que se han de exportar, de los que el monto hasta el límite de US\$ 40,869,000.00 (cuarenta millones, ochocientos sesenta y nueve mil dólares de los Estados Unidos de América), en ICOTERM negociado, destinado a la adquisición de los Bienes exportados de Brasil por la Construtora Norberto Odebrecht S.A., para la construcción de la Central Hidroeléctrica de Pinalito, en la República Dominicana, y el monto hasta US\$ 57,604,672.30 (cicuenta y siete millones, seiscientos cuatro mil, seiscientos setenta y dos dólares de los Estados Unidos de América con treinta centavos), destinado a la adquisición de los Servicios exportados de Brasil por la Construtora Norberto Odebrecht S.A. para la misma finalidad y US\$1,400,850.61 (un millón, cuatrocientos mil, ochocientos cincuenta dólares de los Estados Unidos de América con sesenta y un centavos) destinado a la adquisición de los Servicios exportados de Brasil por empresa



Trad. n° 29.848/04

6

de consultorio brasileña, que la REPUBLICA ha de elegir, para acompañar a la ejecución de la obra."

3.2. El subitem 1.1.2. de la Cláusula Primera del Contrato de Financiamiento, referente al valor del Subcrédito "B", pasa a tener la siguiente redacción

== "Subcrédito B: INFORMAÇÃO SIGILOSA
[REDACTED]

[REDACTED] correspondientes ao pago de la prima de seguro de crédito a la exportación expresado en la Cláusula Decimoséptima." -----

CLÁUSULA CUARTA - UTILIZACION DEL CREDITO -----

4.1. Quedan excluidas del Contrato de Financiamiento ahora añadido las obligaciones de la INTERVENTORA EXPORTADORA de presentar a BNDES el instrumento de Confesión de Deuda y la Carta de Fianza a que se refieren los apartados "g" y "h", ambas previstas en el item 4.1.1. de la Cláusula Cuarta del Contrato de Financiamiento ahora añadido. -----

Párrafo Único. Los demás apartados restantes de la Cláusula Cuarta del Contrato de Financiamiento permanecen en su orden alfabética original, sin alteraciones. -----

4.2. El item 2.5 de la Cláusula Segunda del

C.P.F. N°: 024.672.337-04
I.S.S.N°: 556.265-00
S.S.S.N°: 10920047538
C.U.R.J.A. N°: 42



JOSÉ ALVES

TRADUCTOR PÚBLICO JURADO E INTERPRETE COMERCIAL
Profesor - Bachiller y Licenciado en Letras Neoflatinas
Miembro de la Asociación Profesional de Traductores Públicos e Interpretes
Comerciales Jurados del Estado de Rio de Janeiro / ATP - RIO

Av. Almirante Barroso, 90 - s/1116
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-002 - BRASIL
Tel.: 2240-0604 - Fax.: 2262-0898

Trad. n° 29.848/04

7

Contrato de Financiamiento ahora añadido pasa a tener la siguiente redacción: -----

= "2.5 - BNDES podrá, a su exclusivo juicio, mediante notificación por escrito a la REPUBLICA, cancelar el Crédito, en caso de que no se cumplan íntegramente, hasta el dia 03 de Marzo de 2005, las condiciones precedentes para sua utilización, estipuladas en la Cláusula Cuarta, observado todavía lo dispuesto en la Cláusula Séptima de este Contrato". -----

CLAUSULA QUINTA - SEGURO

5.1. Los item 17.1 y 17.2 de la Cláusula Decimoséptima, que trata de la garantía del Seguro de Crédito a la Exportación, pasan a tener la siguiente redacción: -----

= "17.1 - Los riesgos políticos y extraordinarios consecuentes de la Financiamiento concedido por medio de este Contrato de Financiamiento serán cubiertos por seguro de crédito a la exportación, en los términos de certificado de garantía de cobertura que se ha de emitir en términos satisfactorios para BNDES, para el porcentaje de los 100% (cien por ciento) del saldo deudor de principal e intereses de la Financiamiento. -----

17.2 - La prima de seguro referente al seguro de



Trad. n° 29.848/04

8

crédito expresado en la Cláusula 17.1 más arriba, definido por el Comité de Financiación y Garantías de las Exportaciones (COFIG), en su 8^a. reunión, el 30/09/2004, es INFORMAÇÃO SIGILOSA

[REDACTED]

[REDACTED] flat sobre el valor del Subcrédito 'A'. -

CLAUSULA SEXTA - GARANTIA

6.1. Queda excluida del Contrato de Financiamiento, ahora añadido, la obligación de la INTERVENTORA EXPORTADORA de presentar la Carta de Fianza a que se refiere el ítem 18.7 de la Cláusula Décimoctava del Contrato de Financiamiento.

CLAUSULA SEPTIMA - DE LAS OBLIGACIONES ADICIONALES

DE LA INTERVENTORA EXPORTADORA

7.1. LA INTERVENTORA EXPORTADORA se obliga, adicionalmente a las obligaciones estipuladas en la Cláusula Vigésima del Contrato de Financiamiento ahora añadido, a contratar un consultor brasileño, elegido por la REPUBLICA, para prestar servicios de consultorio, exportados de Brasil, para acompañamiento de la ejecución de la obra, por el valor de US\$ 1,400,850.61 (un millón, cuatrocientos mil, ochocientos cincuenta dólares de los Estados Unidos de América con sesenta y un centavos), que se ha de pagar con recursos previstos en el

C.P.F. N°: 024.672.837-04
I.S.S. N°: 556.265-00
I.N.S.S. N°: 10976947538
T.R.E.R.JA N° 24



JOSÉ ALVES

TRADUCTOR PÚBLICO JURADO E INTERPRETE COMERCIAL
Profesor - Bachiller y Licenciado en Letras Neolatinas
Miembro de la Asociación Profesional de Traductores Pùblicos e Interpretes
Comerciales Jurados del Estado de Río de Janeiro / ATP - RIO

Av. Almirante Barroso, 90 - s/III 16
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-002 - BRASIL
Tel.: 2240-0604 - Fax.: 2262-0898

Trad. n° 29.848/04

9

Subcrédito A. -----

7.2. LA INTERVENTORA EXPORTADORA se obliga, asimismo, a encaminar los documentos comprobatorios de la exportación de servicios del consultor brasileño elegido por la REPUBLICA, para acompañar la ejecución de la obra, en cada desembolso correspondiente, según los mismos términos y condiciones aplicables a la comprobación de las exportaciones previstos en el Contrato de Financiamiento, ahora añadido. -----

7.3. LA INTERVENTORA EXPORTADORA se obliga, además, a presentar, hasta el 31 de Diciembre de 2004, el primer informe referente a las exportaciones de bienes y servicios a que se refiere el ítem 20.1, de la Cláusula Vigésima del Contrato de Financiamiento, acompañado del parecer técnico a que se refiere la misma Cláusula, quedando mantenidos los plazos originales para presentación de los demás informes a que se refiere dicha Cláusula Vigésima. -----

7.4. El incumplimiento de las obligaciones adicionales más arriba reseñadas, ahora asumidas por la INTERVENTORA EXPORTADORA, se encuadra como hipótesis de incumplimiento, a efectos del ítem 14.6 de la Cláusula Decimocuarta del Contrato de



Trad. n° 29.848/04

10

Financiamiento, ahora añadido. -----

CLAUSULA OCTAVA - CONDICIONES PRECEDENTES -----

Además de las condiciones previstas en la Cláusula Cuarta del Contrato de Financiamiento, constituirán condiciones para la utilización de la primera parcela del Crédito (subitem 4.1.1. del Contrato de Financiamiento) el recibimiento, por BNDES, de los siguientes documentos: -----

- a) un ejemplar de este ADDENDA debidamente pasado en Notaría y Consulado; -----
- b) todas las autorizaciones exigidas por legislación de la República Dominicana para la celebración, validez y eficacia de este ADDENDA;
- c) [(NdT.: el original portugués presenta: b)] parecer jurídico, emitido por el Consultor Jurídico de la República Dominicana, debidamente pasado en Notaría y Consulado, que certifique entre otras informaciones juzgadas necesarias por BNDES: -----
 - i) que la celebración del ADDENDA no acarreará alteraciones en la obligación de la REPUBLICA para el cumplimiento de las obligaciones financieras de su responsabilidad, consecuentes del Contrato de Financiamiento; -----
 - ii) que SE HAN OBTENIDO todas las autorizaciones exigidas por la legislación de la República

C.P.E N°: 024.672.837-04
I.S.S. N°: 556.265-00
I.N.S.S. N°: 10920947538
JUCERJA N°: 42



JOSÉ ALVES

TRADUCTOR PÚBLICO JURADO E INTERPRETE COMERCIAL
Profesor - Bachiller y Licenciado en Letras Neolatinas
Miembro de la Asociación Profesional de Traductores Pùblicos e Interpretes
Comerciales Jurados del Estado de Rio de Janeiro / ATP - RIO

Av. Almirante Barroso, 90 - s/1116
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-002 - BRASIL
Tel.: 2240-0604 - Fax.: 2262-0898

RO.BRASIL

Trad. n° 29.848/04

11

Dominicana para la celebración, validez y eficacia
de este ADDENDA; -----

iii) que la celebración del ADDENDA no acarreará
violación de acuerdo, contrato, dispositivo
normativo o legal, así como de decisiones
judiciales vigentes en la República Dominicana. ---

d) (Ndt.: ¿c?) documento revestido de las
formalidades legales exigidas por la República
Dominicana y debidamente pasado en Consulado, que
evidencie la autorización para el firmante del
ADDENDA firmarlo en nombre de la REPUBLICA; -----e)
(Ndt.: ¿d?) documento revestido de las formalidades
legales comprobando la constitución de agente
procesal a que se refiere el subitem 21.2 de la
Cláusula Vigesimoprimera. -----

CLAUSULA NOVENA - RERRATIFICACION -----

9.1. Las Partes contratantes declaran que las demás
cláusulas del Contrato de Financiamiento, así como
las declaraciones prestadas en aquel instrumento,
permanecen inalteradas por lo que no colidir con
las disposiciones del presente ADDENDA, siendo en
este acto ratificadas, no constituyendo el presente
ADDENDA en novación. -----

9.2. Se aplican al presente ADDENDA las
disposiciones relativas a la legislación aplicable,



Trad. n° 29.848/04

12

fueron competente y agente procesal, estipuladas en la Cláusula Vigesimoprimera del Contrato de Financiamiento. -----

9.3. Este ADDENDA se lo ha redactado en lengua portuguesa y las Partes acuerdan que el mismo podrá traducirse al idioma castellano, sin carga para BNDES, a fin de que se lo someta a la apreciación de los organismos de la República Dominicana para obtención de las autorizaciones que se hagan necesarias. En caso de duda, controversia o litigio, prevalecerá el texto original en lengua portuguesa. -----

Y, al estar justos y contratados, firman el presente ADDENDA en 3 (tres) ejemplares de igual tenor, para un solo efecto, en presencia de los testigos quienes subscriben más abajo: -----

Rio de Janeiro, de Noviembre de 2004. -----

POR BNDES:

Nombre:

Cargo:

Nombre:

Cargo:

Por la REPUBLICA: V. Benígoa

Nombre: Vicente Benígoa Albizu

Cargo: Secretario de Estado de Finanzas

Por INTERVENTOR EXPORTADOR: C. Gómez

Nombre: Carlos Gómez M. J. Gómez

Cargo: DINTOL - CNO

Nombre: Henrique Serrano P. Valenzuela

Cargo: DINTOL - CNO

C.P.E N°: 024.672.837-04
I.S.S. N°: 556.269-10
I.N.S.S. N°: 109.209-7538
JUCERJA N°: 42



JOSÉ ALVES

TRADUCTOR PÚBLICO JURADO E INTERPRETE COMERCIAL
Profesor - Bachiller y Licenciado en Letras Neolatinas
Miembro de la Asociación Profesional de Traductores Públicos e Interpretes
Comerciales Jurados del Estado de Rio de Janeiro / ATP - RIO

Av. Almirante Barroso, 90 - s/1116
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20031-002 - BRASIL
Tel.: 2240-0604 - Fax.: 2262-0898

Trad. n° 29.848/04

13

Testigos:

Nombre: CALLES A. S. NOBRE

Identidad: 2.623.258 I.F.P.

Nombre: RACHEL LEBL ALMEIDA

Identidad: 10.445.854-8

*** ES FIEL TRADUCCION. - Doy fe, sello y firmo. -
Rio de Janeiro, RJ, BRASIL, el diecisiete de
Noviembre del año dos mil cuatro (17/11/2004).

Prof. JOSÉ ALVES
Tradutor Público Juramentado e Intérprete
Comercial - Ident. I.F.P - 837687
CPF 024.672.837-04 - Mat. JUCERJA n.º 42

179 OFICIO DE NOTAS -- Tabelião: SAUL GUERRA E SILVA
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 3806-1006
por semelhança à firma de: JOSE ALVES
Cod: 1B596D66748A
Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 2004.
Em testemunho _____ da verdade.

Rosangela Maria Ferreira - Substituta



FORMELO 27/11/2011



Consulado General de La República Dominicana en
Río de Janeiro Brasil Certifico que la firma que
aparece al pie de este documento es la del Sr.

Genuino de Ardujo Pontes

que es la misma que acostumbra a usar en
todos sus actos, la cual posee entera fe y
credito.



18 NOV 2004

Franklin Rivas

Consul General



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO RIO DE JANEIRO
CONSULADO GERAL DA REPÚBLICA DOMINICANA

Recinto é vedado, por segurança a e sinatura
assinalada, com o sinal CONSU AL 2004.
A presente autenticação não implica assinatura
dever de documento.

18 NOV 2004
Genuino de Ardujo Pontes
Assistente de Chancelaria

BRASIL
Fornecido
Lei 12.527/2011